

A relação humana-animal-ambiente na perspectiva da ANTAR - Poder Popular Antiespecista¹

Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto - PPGA/UFPE

Palavras-chave: Veganismo popular, antiespecismo, ecologia radical.

1. Introdução

1.1 ANTAR - Poder Popular Antiespecista

Este trabalho tem como base de diálogo o coletivo ANTAR - Poder Popular Antiespecista². Trata-se de um agrupamento de tendência político-social formado em 2019 que busca inserir-se e desenvolver, juntamente com outros coletivos, as ecologias radicais (como o ecossocialismo³), bem como envolver a luta antiespecista⁴. Esta última é uma categoria utilizada pelos militantes para descrever o combate ao especismo, que é entendido como uma forma de inferiorizar os animais baseado no pertencimento a uma espécie. No caso, considera-se que o ser humano é superior às outras espécies, podendo subjugar qualquer uma das espécies não humanas. Ou seja, o antiespecismo, compreende que existe uma simetria entre as espécies, portanto, as pessoas que se consideram antiespecistas combatem o especismo. No pensamento da ANTAR, tais lutas estão atreladas à construção do poder popular entre a classe trabalhadora, grupos resistentes ao Estado-nacional e ao capitalismo tais como povos originários, povos tradicionais, LGBTQIAPN+ e PCDs. A união entre seus membros se dá a partir do ecologismo, antiespecismo e o veganismo popular⁵. É um grupo que não se apresenta como vegano, mas o coloca em seus princípios como veganismo popular, pois tecem críticas ao chamado veganismo liberal ou de mercado. O veganismo liberal ou de mercado é uma vertente do veganismo que se baseia nas pautas neoliberais, no consumo individual, no boicote e na aliança com grandes empresas do mercado para alcançar a libertação animal. Essa libertação remete ao fim de toda “exploração animal”, para os veganos, a exploração animal se caracteriza como o manuseio intencional dos animais em qualquer meio ou fim utilitarista para beneficiar os humanos e seus interesses, ou

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Sempre que eu for tratar dos membros da ANTAR, utilizarei a categoria militante, pois é a forma que eles expressam ao falar de si mesmos. Acredito que a escolha do termo militante representa um projeto de luta coletiva. Pretendo compreender melhor essa questão durante os próximos passos da pesquisa.

³ É uma ideologia de base marxista que destaca a questão ambiental, para além de defender o fim da exploração de classe, pretende acabar com a exploração do homem sobre a natureza.

⁴ Essas categorias serão melhor desenvolvidas nas próximas seções.

⁵ As diferenças entre antiespecismo e veganismo popular serão desenvolvidas nas próximas seções.

seja, na produção de qualquer produto (na alimentação, vestuário), serviço, testes farmacológicos e científicos, no lazer, no esporte e etc.

O nome do coletivo representa uma homenagem à Asia Ramazan Antar, uma militante e combatente da Unidade de Proteção das Mulheres -YPJ do Curdistão Sírio assassinada em confronto contra o Estado Islâmico. Diante dessa homenagem, demonstram sua simpatia e admiração à revolução Curda e tem esse movimento como inspiração de luta e princípios, pois, tem a autodeterminação dos povos, o socialismo, o confederalismo democrático, o feminismo, a ecologia radical como principais fundamentos da revolução estimada por esse coletivo. Não somente o protagonismo de minorias étnicas e das mulheres, a revolução Curda aborda uma ecologia radical e social, dessa forma, a natureza é compreendida como parte inseparável e orgânica da sociedade. Com isso, é um grupo que pretende lutar e implementar mudanças estruturais, são contra uma visão reformista por isso compreendem-se como revolucionários. As principais mudanças estruturais que a ANTAR pretende fomentar são, o fim do capitalismo, do racismo estrutural, do patriarcado, do especismo e do colonialismo. Com atuação em diversos estados, a ANTAR tem dois tipos de formas de atuação: coletivas e individuais. É importante explicar a origem do nome do grupo pela relação profunda com os objetivos e a forma de lutar que essa homenagem deseja representar. O grupo demonstra sua admiração e alinhamento com a YPJ e a revolução Curda, como também homenagear essa jovem combatente assassinada.

Diante disso, pretendo analisar o que denominei como a perspectiva humana-animal-ambiente da ANTAR. Esse texto foi desenvolvido para pensar os apontamentos iniciais sobre essa perspectiva, principalmente, nos entrelaçamentos entre os problemas humanos, animais e ambientais, como também pensar sobre uma libertação única que abarque todas essas causas.

Para esse texto, foram analisadas várias publicações da página da ANTAR no instagram e textos desenvolvidos e compartilhados pelos militantes que dialogam com a proposta de união entre as causas animal, ambiental e humana e com o que chamei de perspectiva humana-animal-ambiental da ANTAR. Vale destacar que esse texto foi desenvolvido a partir da minha pesquisa em andamento para a dissertação de mestrado e não representa um trabalho finalizado, mas em construção.

1.2 Veganismo Popular

O veganismo popular pretende dissociar da visão que o veganismo é apenas um estilo de vida ou escolhas de consumo, no enfrentamento às ideologias defendidas por grandes organizações, como a The Vegan Society e a SVB (Sociedade Vegetariana Brasileira), que não abordam questões políticas-sociais e a complexidade dos conflitos discursivos dentro dos debates sobre a causa animal, como por exemplo o consumo de produtos de empresas que dizem não explorar animais mas exploram humanos e ambiente. Para essas duas organizações, o veganismo é uma filosofia de vida “em que seus adeptos evitam, na medida do possível e do praticável, excluir todas as formas de exploração e crueldade contra os animais – seja na alimentação, vestuário ou outras esferas do consumo”⁶. Com isso, argumentam que a diferença entre vegetarianismo e o veganismo está apenas nas escolhas de consumo diferentes. Enquanto o vegetarianismo foca na alimentação e elimina as carnes do consumo apenas, o veganismo boicota todo alimento ou produto que tem derivados de animais em suas composições ou realiza testes em animais na sua produção.

Essas organizações, segundo os militantes do veganismo popular, fazem parte do veganismo liberal (ou estratégico), pois reivindicam a causa vegana como um estilo de vida que exclui a “exploração animal” do seu consumo, apesar disso restringe o veganismo ao consumo e ao boicote apenas. Sem contar que compreendem que as grandes empresas do ramo alimentício como aliadas, além de esvaziar o debate político sobre a causa animal e o veganismo. Diferentemente do veganismo popular que entende o consumo como um compromisso performático com a causa (Vilarinho Neto, 2022), ou seja, na medida que compreendem os outros animais como seres que devem ter o direito à vida e à liberdade e almejam o fim da “exploração animal”, as práticas de consumo e vivência devem seguir essa mesma base ética. Já que defendem os direitos dos animais, deve haver o compromisso com a causa nas práticas individuais e diárias, ser coerente em relação à causa que defende. Dessa forma, esse consumo se reflete como vegetarianismo ético (Perrota, 2017). Apesar do consumo e do boicote representarem pontos importantes e fazerem parte de um projeto político do veganismo, não são “o objetivo” do veganismo ou a principal ou única estratégia de luta, existem outras estratégias (que será discutido melhor mais a frente) e a libertação animal representa um dos objetivos, no caso do veganismo popular, incluindo os humanos. O que muitas vezes perde espaço no veganismo liberal, quando há ativismo, gira em torno de uma

⁶ Trecho retirado do site da SVB. Ver mais em: <https://svb.org.br/vegetarianismo-e-veganismo/o-que-e/>
Acesso em: 13/03/2024

luta pelo consumo dos veganos, como maior oferta de produtos veganos, maior oferta de opções aptas de alimentos industrializados e facilidade de alimentação em ambientes públicos, em resumo, um ativismo pela melhora do consumo dos veganos. Por exemplo, quando há um lançamento de um produto “vegano”, independente da empresa que produz ter compromisso com a causa animal ou não, esse produto é comemorado como uma vitória para o veganismo. Nesse sentido, quanto maior for a oferta de produtos aptos, melhor será para a causa vegana (Vilarinho Neto, 2022).

Para a ANTAR, o boicote deve-se ampliar para os humanos, como discutido no trecho que destaquei de uma publicação: “O boicote do veganismo popular não deve restringir ao que aflige os seres sencientes. A escravidão e o abuso trabalhista devem ser critérios para essa lista de itens e marcas para se boicotar e denunciar” (ANTAR, 2023). Para além dos boicotes à exploração animal e humana, amplia-se o boicote aos danos causados ao ambiente, compreendem o boicote como uma estratégia que funciona somente em conjunto com outras estratégias, exemplificado no trecho a seguir: “No sistema capitalista, a exploração animal e humana é sistemática. A estratégia do boicote é limitada, sozinha ela é ineficaz” (2023, ANTAR). Dessa forma, defendem o trabalho de base através de uma educação popular e que compreenda as diversas opressões que fazem parte do sistema capitalista, por isso, outra estratégia importante é a aliança com os diversos grupos que lutam contra as opressões sociais somando-se a essas outras causas.

Em adição a causa animal, os adeptos ao veganismo popular compreendem a importância das lutas minoritárias como o feminismo e o antirracismo; também entendem que o capitalismo, o agronegócio, o latifúndio e as elites são os principais alvos de embate, tanto na causa humana quanto na causa animal. O veganismo popular amplia a categoria da libertação animal, incluindo aqui também os humanos. Como exemplo, para a ANTAR, não existe libertação animal sem a libertação humana. A categoria popular informa o pertencimento à classe trabalhadora e o envolvimento com suas pautas, como por exemplo a soberania alimentar e o acesso a uma alimentação de qualidade para a população. Com isso, o veganismo popular visa combater a alienação, a colonização alimentar e o nutrídio que atinge principalmente a população pobre e racializada. Segundo Williams da Silva Rodrigues (2024):

O caráter popular do Veganismo Popular se materializa nesse pertencimento da classe trabalhadora e também em oposição à concepção “única” do que é o veganismo. Além de ser um movimento que se forma (e é formado) a partir da realidade material dos indivíduos, o Veganismo Popular é também um instrumento de luta que almeja a emancipação, no caso a libertação dos

animais. “A defesa de um veganismo popular, político e interseccional” surge “a partir do entendimento crítico de como a nossa sociedade capitalista funciona” (UVA, 2021). Isto é, por compreender “como essas lutas já estão conectadas pelas mesmas estruturas de poder e opressões, estruturas essas que se alimentam umas às outras” (UVA, 2021) (Rodrigues, 2024, p. 33, em fase de pré-publicação).

Para a ANTAR, o popular não informa apenas o pertencimento à classe trabalhadora, mas destaca a força do coletivo, acreditar na mudança através da força e aliança coletivas. Para a ANTAR, não se muda nada através do consumo individual, a mudança vem da força e da aliança coletivas:

É necessário falar que o veganismo é um movimento político, não é sobre alimentação. É porque a gente, quando fala de veganismo, muitas pessoas falam “ah, mas parar de comer não muda nada”, mas não é sobre isso, veganismo é um política de libertação animal e humana que faz uma crítica às diversas relações de dominação que existem, socioambientais que tem a ver com os animais, mas não só, que devem ser superadas [...] fazendo uma crítica dessas abordagens liberais e só de consumo, e pegando essa tradição de popularização por meio do poder popular, que é a ideia que os organismos de classe, de transformação histórica, sindicatos, movimentos sociais, aldeias, quilombos, conselhos de bairro, eles devem ser mobilizados, apoiados, inflados, que historicamente, realizaram as transformações nas sociedades (ANTAR, 2024).

A crítica do veganismo popular perpassa pela colonização e pelo capitalismo como sistemas estruturados na exploração imposta pelos humanos a outros animais. Portanto, somente, será possível alcançar a liberdade através do fim do capitalismo, diferentemente do veganismo liberal que acredita no fim da exploração apenas dos outros animais através do boicote, sem se preocupar, efetivamente, com as questões sociais que atingem, principalmente, as minorias humanas. Um ponto importante é o combate ao veganismo de consumo (liberal, estratégico), sempre citado com reprovação ou rejeitado, “não é veganismo”, pois é uma proposta de veganismo quase que exclusiva sobre consumo e dieta. A ANTAR se coloca na disputa do termo veganismo, sempre negando o veganismo liberal. Parte da construção do que é o veganismo popular perpassa pelo seu conflito com o veganismo liberal. Partindo desse debate, é possível perceber uma disputa argumentativa, simbólica e política em torno da categoria do veganismo.

1.3 Relação humano-animal, domesticação e produção

De acordo com Ana Paula Perrota (2022), a partir da industrialização, a relação humana com os outros animais foi alterada totalmente, quando os animais tornaram-se coisificados, como insumos e mercadorias, diferentemente, na relação de caça ou de

domesticação como o pastoreio, o animal mantém sua essência de sujeito, o que corrobora com o que Tim Ingold (2000) desenvolve. O autor realiza um resgate histórico das relações entre humanos e animais, principalmente na relação dos caçadores-coletores e dos pastores, que, para os primeiros, se desenvolvia uma relação de confiança com a caça, o animal era compreendido como um agente. Em muitos grupos de caçadores-coletores, compreendiam que a caça dava sua vida ao caçador, por isso o caçador tinha o dever de infligir o menor sofrimento possível, portanto, havia uma relação entre sujeitos, enquanto na relação dos pastores, havia uma relação de dominação, os pastores que detém o controle sobre a vida e a morte dos animais. Mas, em nenhuma dessas formas, o animal é compreendido como uma coisa, como é no modo de produção industrial, onde os animais se tornam coisas, objetos ou mercadorias, como desenvolve o autor:

apenas com o advento do modelo de pecuária industrial, os animais foram reduzidos, em prática, e não apenas em teoria, a meros objetos que teóricos da tradição ocidental sempre supuseram que foram. Na verdade, esta objetificação dos animais, tendo atingido o seu auge na indústria agropastoril, está tão distante das relações de dominação inerentes ao cuidado pastoral tradicional como das relações de confiança inerentes à caça (Ingold, 2000, p. 75).

É nesse momento que a perspectiva cartesiana do ser humano como único ser detentor da razão e superior em relação aos outros seres é implementada na relação humanos e animais, pois, antes, os animais faziam parte do dia a dia dos criadores, se criava uma relação mais íntima, diferente da indústria que detém uma lógica de produção, não de criação, como argumenta Perrota (2022):

Esse modo de caracterização se complementa com a afirmação de que enquanto a “produção” percebe o animal unicamente como uma matéria a ser trabalhada, a “criação” perceberia o animal para além de seu status de commodity, pois neste caso, seria tanto companheiro de trabalho quanto de vida [...] no sistema industrial não haveria criadores, mas assalariados (Perrota, 2022, p. 191-192).

A forma mais desumanizante e desanimalizante de se relacionar com os outros animais encontra seu ápice nos sistemas industriais de produção animal (da carne, do ovo e do leite). Por isso, os militantes da ANTAR se dedicam a combater, principalmente, essa forma de relação com os animais, é nessa relação e nessa forma de viver e morrer que os animais atingem sua forma de excelência de objeto, produto e mercadoria.

É nesse sentido que os militantes da ANTAR se consideram veganos populares, na medida que buscam desconstruir as fronteiras entre humano e animais, bem como a defesa pela libertação humana que perpassa pela destruição do sistema capitalista e da ontoepistemologia hegemônica ocidental, responsáveis pelas opressões humanas e animais. Por isso, fazem um esforço de alinhar sua luta ao conhecimento e cosmovisão indígena e quilombola.

A ANTAR não se dedica apenas a luta pelos animais e pelas minorias humanas, mas também à uma luta ambiental que se caracteriza a partir da ecologia radical, ou seja, uma ecologia que se coloca como anticapitalista, diferentemente de outras ecologias que se propõe a uma reforma dentro do sistema, pois, argumentam que o projeto de dominação da natureza perpassa pela dominação humana. Para o coletivo, um mundo no qual os humanos vivam em harmonia com os outros animais exige o equilíbrio ambiental e dos ecossistemas. A dominação da natureza, na lógica capitalista, se torna insustentável, pois enxergam a natureza como uma fonte de recursos exploráveis, destruindo ecossistemas bem como alterando a forma de funcionar da terra, desenvolvendo catástrofes socioambientais. Parte do poder público, cientistas e mídia tratam esses problemas como catástrofes naturais, remetendo como parte da natureza e independente dos humanos, mas, na maioria desses eventos são consequência da forma de habitar a terra e explorar os seus recursos, muito relacionado ao modo de produção capitalista e o habitar colonial⁷. É importante utilizar outra categoria para desnaturalizar essa forma de pensar essas catástrofes e entender elas como socialmente produzidas.

Para a ANTAR, a libertação humana e animal, também depende da libertação da natureza como um todo. Nesse sentido, as três categorias que, pelo veganismo liberal, são consideradas de domínios distintos e não se relacionam com a causa animal, aparecem na argumentação dos militantes como indissociáveis: humano, animal e ambiente. Consequentemente, as mazelas sociais e ambientais estão interligadas. Para esta pesquisa, denominei essa relação de perspectiva humana-animal-ambiental da ANTAR. Dessa forma, estudar a ANTAR pode ser importante para iluminar as possibilidades de uma compreensão de mundo e uma política multiespécie que não só leva em conta as questões humanas e dos outros animais, mas também do meio ambiente.

2. Antiespecismo e questão indígena

⁷ Esses conceitos serão explorados e desenvolvidos mais a frente.

Um dos pilares do veganismo em geral e da ANTAR em particular é o antiespecismo. Para os veganos, a sociedade moderna é especista em sua essência, ou seja, entende a espécie humana como excepcional e superior por deter características que não se observa em nenhuma outra espécie, como a capacidade de raciocinar, falar e produzir cultura. No especismo, os animais são compreendidos como seres inferiores por não possuírem essas capacidades. Com isso, hierarquiza-se as várias espécies animais, enquanto a espécie humana se encontra no topo dessa hierarquia, dessa forma, a humanidade detém o direito de objetificar, dominar e explorar os outros animais. Para a ANTAR, essa ideologia do especismo não beneficia todos os humanos da mesma maneira, é mais uma forma de favorecer determinado grupo através da dominação:

O especismo, para nós, se fundamenta na ideia, que a espécie humana pode explorar, torturar, matar animais e outros seres (apenas por sua diferença de espécie) massificadamente, e juntamente destruindo a própria natureza e os ecossistemas. Evidentemente, é uma ideologia, ou seja, ela não beneficia todos os humanos da mesma maneira, mas usa tal discurso para beneficiar uma classe dominante e o próprio funcionamento do Capital (ANTAR, 2024)

Forja-se um sistema de dominação e produção baseado na superioridade humana ligado à dicotomia humano e animal, o animal se torna não apenas inferior, mas um polo oposto ao humano. Além disso, poucos animais são entendidos como próximos ao humanos (como cães, gatos e cavalos), mas, ainda assim, detém suas características animais em evidência. No sentido de ir contra essa visão, os militantes da ANTAR se colocam como antiespecistas. Ana Paula Perrota (2022) argumenta que o antiespecismo “estabelece, portanto, uma simetria entre humano e animal a partir de processos socionaturais ligados a formas de preconceito, estigmatização e hierarquia, promovendo embaralhamentos de diferentes ordens entre natureza e cultura” (Perrota, 2022, p. 196).

Essa crítica ao especismo propõe repensar a própria percepção ontológica em relação ao que é o humano, já que interdita a liberdade humana (Perrota, 2022). Uma crítica formulada ao humanismo, pois essa liberdade irrestrita não foi um problema em relação a exploração e sofrimento animal, mas também problemas ambientais como desenvolve Perrota:

[...]pois, se para os defensores a industrialização da criação animal, por exemplo, trata-se de um problema de ordem ética, essa situação no Antropoceno aumenta seu escopo e, junto com outros grandes projetos de modernização, se ligam às alterações climáticas e relaciona-se à ameaça da vida na Terra. [...] Em vista disso, as críticas em torno do Antropoceno, mas também em torno do especismo, concebem a ideia de liberdade e autonomia humana, ancorada na razão e nas pretensões de progresso, como um problema filosófico, epistemológico e político a ser resolvido”. (Perrota, 2022, p. 208)

Perrota (2022) atenta que o termo especismo deve ser utilizado apenas nas sociedades modernas, ou seja, em sociedades que percebem a separação entre cultura e natureza e a superioridade hierárquica humana. Essa terminologia não se aplica a grupos indígenas que detêm cosmovisões diferentes da cosmovisão europeia moderna por exemplo, o especismo não se caracteriza apenas pela morte e consumo dos animais. O que colabora com o que a ANTAR defende, não consideram os povos indígenas como especistas e não argumentam contra as cosmovisões ou modos de viver dos indígenas, pelo contrário, tentam construir sua visão e pensamento sobre o que são os outros animais e o ambiente se inspirando nesses povos, uma visão que se distancia do pensamento europeu e se aproxima dos povos ameríndios.

Tomo como exemplo o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro (2002). Sua teoria se constrói a partir do contraste proposto entre o ponto de vista ocidental e ameríndio. A cosmovisão ocidental europeia se baseia na dicotomia entre natureza e cultura, enquanto existem diversas culturas, a natureza é única e universal. Em contraponto, a um multiculturalismo, a cosmovisão ameríndia se baseia em um multinaturalismo que, diferentemente da visão ocidental, a cultura e o sujeito seriam universais e a natureza múltipla. Ou seja, a unicidade da natureza encontra-se na universalidade objetiva dos corpos e da substância, enquanto as culturas são criadas pelas particularidades subjetivas dos espíritos e dos significados, já a concepção ameríndia compreenderia, ao contrário, o espírito como único e os corpos como diversos (Viveiros de Castro, 2002).

Nessa concepção, os outros seres enxergam os humanos, da mesma forma que os humanos enxergam esses outros seres (animais, deuses, plantas, fenômenos, entre outros). Esses outros seres enxergam os humanos como não-humanos e eles próprios como humanos:

Eles se apreendem como, ou se tornam, antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura: veem seu alimento como alimento humano (as jaguares vêm o sangue como cauim, os mortos veem as grilos como peixes, os urubus veem as vermes da carne podre como peixe assado etc.), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado idênticamente as instituições humanas (com chefes, xamãs, ritos, regras de casamento etc.) (Viveiros de Castro, 2002, p. 350-351).

O perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro é interessante para pensar as bases conceituais da ANTAR, para colocar em evidência e contrapor as dicotomias

natureza/cultura e humano/animal, pois é uma outra forma de entender os animais, entender que eles são sujeitos com intencionalidade e agência no mundo, com mais semelhanças que diferenças. Nesse sentido, o especismo pode ser compreendido como moderno e o antiespecismo da ANTAR como contra moderno. No diálogo com o antiespecismo da ANTAR, penso o especismo como uma estrutura de dominação fundamentada na ideia de que a espécie humana pode objetificar, explorar, torturar, matar animais e outros seres vivos, apenas por sua diferença de espécie. Esse poder é inerente à excepcionalidade humana da razão, da intencionalidade e da agência, ou seja, a cosmovisão europeia. Vale salientar, como defendido pela ANTAR que, como uma ideologia, ela não beneficia todos os humanos da mesma maneira, mas usa tal discurso para beneficiar uma classe dominante que domina e explora os outros seres. Por exemplo, os povos indígenas não se encaixam como especistas, possuem uma cosmovisão que não inferioriza os animais nem enxerga a natureza no geral como passiva e submissa à exploração humana, pois, não há uma relação entre sujeito e objeto, mas entre sujeitos. Mesmo que se utilizem dos animais para sobrevivência, não os enxergam como objetos. É um cuidado que os militantes da ANTAR tomam em não universalizar o especismo. Isso pode ser observado quando os militantes defendem as pautas indígenas e tornam seus modos de ser e existir como inspiração, pois, boa parte da argumentação da ANTAR é tentar embaralhar as fronteiras entre humano e animal e natureza e cultura.

3. Ecologia, antiespecismo, antifascismo e anticapitalismo

A posição ecológica e pela libertação animal da ANTAR perpassa por posições anticapitalista e antidominações (trabalhadores, LGBTQIA+, mulheres, racializados e PCD's). Em um primeiro momento, a categoria antidominações parece refere-se às questões humanas, pois, em determinados momentos, separa-se antidominação de libertação animal, apesar do especismo ser uma forma de dominação e haver uma relação íntima dos humanos com os outros animais, bem como as opressões humanas e o especismo se relacionarem com o capitalismo e serem problemas que não devem ser resolvidos de formas separadas ou em momentos diferentes, demonstra um ponto de diferença (ou separação?) entre animais humanos e não humanos.

Os militantes informam que eles não estão inventando algo novo ao reivindicar a união entre essas causas/problemas, há uma tradição de grupos anarquistas, socialistas e feministas que já exploraram essa união por exemplo. Segue um recorte de uma

publicação da página da ANTAR no instagram: “somada às contribuições anticoloniais e antiracistas, a luta contra a supremacia branca, o sistema prisional, o neoliberalismo e tudo que ameaça animais humanos e não humanos” (ANTAR, 2023). É um esforço de aproximação que fazem ao unir problemas diferentes em torno de uma mesma causa, demonstrando que animais humanos e não humanos são mais próximos e estão em constante relação, além dessa relação se dar com o ambiente também. Mas ainda utilizam da separação entre humanos e não humanos (ou animais), assumindo que são questões e problemas que demandam ainda por categorias distintas. Mas que, no caso do fascismo por exemplo, coloca todos os outros animais e vários grupos minoritários humanos como inferiores, valendo-se da ideia moderna de que o que é inferior (no caso o que seria apenas os animais, se estende a outros humanos) pode ser dominado e subjugado.

Para a ANTAR, o antiespecismo ou uma ecologia que não combate o avanço e a recente escalada do fascismo são falsos, como argumentado no fragmento a seguir:

Sendo o fascismo uma política que ameaça todos os seres considerados inferiores por eles, o veganismo deve ser antifascista! [...] Devemos construir também uma política antifascista pelas bases, edificando movimentos sociais fortes que tanto eduquem mas também construam uma auto-defesa contra grupos fascistas” (ANTAR, 2022).

Não somente no combate ao fascismo, essa ecologia deve ser pensada com uma entrelaçamento com o antiespecismo, uma ecologia radical que vise não somente acabar com o capitalismo, mas com as bases produtivistas e da exploração animal. Com isso, desenvolver uma produção que não enxergue os combustíveis fósseis como uma alternativa, como também não deve compreender a indústria animal como uma outra alternativa.

Uma das principais ecologias radicais defendidas pela ANTAR é o ecossocialismo. Nessa perspectiva, a crise econômica e social tem as mesmas causas e fazem parte “de uma crise, mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna” (Lowy, 2013, p.81), a partir do processo da acumulação de capital e da globalização neoliberal (Lowy, 2013) e de um processo de séculos de colonização. O ecossocialismo, como alternativa é a ecologia radical que busca acabar com o problema em sua raiz, “uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista” (Lowy, 2013, p. 81). É o ecossocialismo uma reflexão crítica que combate e visa superar a ecologia reformista dentro do capitalismo, que apresenta limites, além de ser submetida ao sistema de

acumulação de capital e ao socialismo não ecológico, esse último, apesar de pretender acabar com as relações produtivas burguesas, tem o produtivismo como parte de sua visão e não pretende alterar as forças produtivas. O ecossocialismo se coloca como uma ecologia radical que pretende “transformar, não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo. Isto é, na minha concepção, uma das ideias fundamentais do ecossocialismo.” (Lowy, 2013, p.82).

4. Relação humana-animal-ambiente

A perspectiva da ANTAR entende a constante relação entre os humanos e animais com o ambiente, três partes que estão em constante interação e agindo. Não existe animais passivos, ambiente passivo ou natureza passiva, todos são agentes que afetam uns aos outros. O antropólogo Tim Ingold (1996) crítica a visão teórica e filosófica que os humanos constroem mundos, pois, essa visão é baseada nas dicotomias em geral e na dicotomia natureza e cultura em particular, na medida que a natureza é um meio virgem, não modificado e passivo, ou seja, a natureza é um mundo dado, enquanto a cultura é um meio modificado e construído, além da construção cultural da realidade ser apenas humana, como argumenta o autor:

Esse conceito implica a transformação de alguma matéria-prima num produto acabado, uma imposição da forma à substância. Esta metáfora da construção desempenha um papel crucial e muitas vezes não reconhecido no nosso pensamento, e não apenas na antropologia. Em suma, a natureza fornece a substância, a cultura a forma. A natureza é dada e a cultura é construída (Ingold, 1996, p. 94, tradução nossa)

Em contrapartida, o autor sugere a categoria “habitar”, é por ser habitado, e não por ser construído, que alguma parte do mundo real se torna um ambiente para as pessoas. Ao opor a proposta de que os mundos humanos são culturalmente construídos, Ingold quer substituir a perspectiva de construção do construcionismo cultural pelo que o autor chama de “perspectiva de habitação”. Com isso, ele não nega que os humanos constroem, mas, “longe de habitar em um mundo construído, construímos em um mundo habitado” (Ingold, 1996, p. 95, tradução livre). Portanto, construir faz parte do habitar, “cada ato de construção é apenas um momento num processo contínuo de habitar. Este processo é aquele através do qual as pessoas e os seus ambientes são constituídos reciprocamente, cada um em relação ao outro” (Ingold, 1996, p. 95, tradução livre). Ao habitar o mundo, estamos envolvidos com os outros, uma

continuidade de relacionamentos, não é possível um habitar solitário ou habitar sozinho, “pois o mundo habitado é um campo contínuo de relacionamentos, desdobrando-se através do tempo”(Ingold, 1996, p. 96, tradução livre). Para a ANTAR, como para Ingold, a natureza não é um domínio distinto da cultura ou que a humanidade é desprendida da natureza nem que os humanos constroem mundos, antes de construir, os humanos habitam um ambiente com diversos seres que agem, o mundo dos humanos faz parte da natureza. Entendo que a perspectiva da ANTAR compreende a relação humana e ambiente muito próximo do que Ingold compreende, os mundos humanos não dependem da construção humana, o ambiente é habitável exatamente porque os humanos são parte integrante da natureza, assim como os outros animais, também compreender que habitar o mundo é um viver continuamente em relação com outros seres e o ambiente. A abordagem da ANTAR tenta desconstruir a dualidade cartesiana de cultura e natureza e a ideia ocidental que o humano é desprendido da natureza, em contrapartida, argumenta que o humano é parte totalmente integrada da natureza, o humano é, em sua totalidade, natureza. É uma tentativa de transformar toda uma formação ontoepistemológica moderna, não só o que se relaciona há um sistema econômico-político, mas também a própria forma de entender a natureza e a relação humana com os outros seres:

Não temos como objetivo reformar o capitalismo, acreditando que ele possa ser “humanizado” e nem que o especismo vai acabar sem destruirmos outras estruturas de dominação. É necessário criar uma força social e política para expropriar e tomar os meios de produção, transformando tanto as relações econômicas e a exploração de classe, mas transformando a relação com os animais e com a natureza (ANTAR, 2023).

A ANTAR posiciona que, para haver uma libertação total (humana, animal e ambiental), não basta apenas o fim do capitalismo, é preciso descontinuar a produção de animais. O que se refere, principalmente, aos próprios animais e o ambiente. Se posicionam contra argumentos que partem da esquerda que não tem base ecológica social ou antiespecista que limitam a resolução dos problemas ao fim do capitalismo. Mas grande parte dos problemas climáticos vem da produção pecuária, o fim do capitalismo é fundamental, mas não se resolve apenas com isso, da mesma forma que o racismo não acaba simplesmente com o fim do capitalismo, apesar do capitalismo se manter através do racismo e do especismo. São necessárias soluções específicas para esses problemas específicos.

Os militantes argumentam que uma grande utilização de terras para produzir alimentos e criar os animais para abate gasta muitos recursos e necessita explorar, além dos animais, o ambiente. Dados do relatório da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias de Exportação de Carnes) de 2022, demonstram que o volume de carne bovina, sem levar em conta a produção de carne de outros animais, produzida no Brasil em 2021 foi de 9,71 milhões de toneladas. Enquanto 25,51% desse total foi exportado, 74,49% foi destinado para o mercado interno. Além disso, estima-se que o rebanho brasileiro gira em torno 196,4 milhões, números próximos da quantidade de humanos no território brasileiro, cerca de 215,3 milhões em 2022 (Fonte: Banco Mundial). Outro dado importante é a área de pastagem, nesse mesmo relatório da ABIEC, dos 851 milhões de hectares do território brasileiro, 163,1 milhões de hectares são destinados apenas para pastagem em 2022 (números que podem ter aumentado atualmente), ou seja, quase 20% do território nacional é ocupado por pastagem para gado.

Os militantes compreendem a criação de animais para produção de carne como um desses elos que liga o problema humano ao problema animal e ao problema ambiental. Vale destacar que a carne é um produto industrial nas atuais sociedades ocidentais modernas (Sordi, 2013), ou seja, demanda uma série de processos, negociações, transações e transformações nacionais e internacionais que tornam os animais um produto final, como a carne e seus derivados. Como exemplificado no recorte do panfleto vegano socialista *Bestas de Carga* (2015) que os militantes utilizam em um dos seus debates:

Nenhuma Parte do mundo está destinada a ser totalmente subordinada ao mercado global até uma McDonalds abrir lá. O contínuo cerceamento do espaço, marcado pelo desmatamento e pela desapropriação, é tão dependente da indústria animal como os estágios iniciais da acumulação primitiva. Florestas ainda estão sendo removidas para o pasto dos animais ou para o plantio de alimentação animal, e camponeses ainda estão sendo removidos da terra para abrir caminho ao agronegócio internacional. A dinâmica do capitalismo aponta para um maior controle sobre toda a vida, humana ou animal (Bestas, 2015, p. 60-61).

Para os militantes, o agronegócio atrelado ao latifúndio oprime tanto os humanos, quanto os animais e o ambiente. Na medida que domina, explora e mata animais para produzir carne para o consumo humano, desmata milhares de hectares de floresta, expulsa animais silvestres, povos originários e tradicionais dessas áreas. Para o coletivo, exemplificado em uma fala de um militante: “todo latifúndio é terra indígena”, ou seja a produção da carne está intimamente ligada ao colonialismo e imperialismo, e, historicamente, fez parte do genocídio indígena, por tanto a produção industrial da carne

é um desses elos que oprime tanto animais, humanos e ambiente. O consumo exacerbado de carne se destaca em países que enriqueceram através da colonização ou herdaram o conhecimento europeu moderno, como é o caso do Brasil, que apesar de toda resistência dos povos originários e tradicionais, herdou esse caráter cultural da Europa no processo de colonização e genocídio dos povos originários.

A carne é vista como símbolo de virilidade, riqueza e ascensão social. A carne como mercadoria/produto e a pecuária como meio de produção detêm um grande poder simbólico e prestígio na sociedade. Exemplo disso foi o discurso do Presidente Lula em campanha eleitoral em 2022: “Nós vamos voltar a comer picanha, o brasileiro vai comer picanha de novo”⁸. A carne se tornou um dos símbolos da campanha presidencial de Lula⁹. A pesquisa do antropólogo Felipe Vander Velden (2011) sobre a relação do povo Karitiana com o gado demonstra que o prestígio da criação do gado e da carne influenciou comunidades indígenas no Brasil. Velden destaca que o povo Karitiana quer possuir uma criação de boi por, além de uma necessidade de se alimentar da carne, querem o prestígio que os fazendeiros detêm, querem possuir o mesmo poder e prestígio deles, atrelando também à força simbólica que a pecuária possui na região (2011).

O veganismo popular tenta quebrar essa imagem do consumo da carne como condição humana e essencial para a sobrevivência e, conseqüentemente, da pecuária como produção necessária. Especificamente, o grupo ANTAR defende e luta pela independência e autonomia alimentar. Pois, a partir dessa visão da carne como essencial, a maior parte da população que não tem condições de adquirir carnes, consome carnes processadas que pioram a saúde dessas pessoas e são responsáveis por uma série de doenças como câncer, diabetes e pressão alta. Aliada ao discurso da carne, vale trazer que a opressão de classe é responsável por adoecer a população, segundo os militantes, vindo da mesma indústria da carne, a mesma indústria responsável por escravizar e assassinar os animais não-humanos é responsável por adoecer a população pobre. Por isso defendem a pauta do veganismo popular penetrar os diversos movimentos sociais.

Com recorrência, a **domesticação** surge nos textos e discussões dos militantes, uma categoria que se mostrou importante dentro dos debates do grupo e que tem ligação direta com a produção industrial da carne, por ser através da domesticação que os militantes compreendem está uma das bases da exploração animal. Os militantes

⁸ Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=W9-koMNIrgU>

⁹ Ver mais em: <https://www.seudinheiro.com/2023/economia/lula-picanha-precos-inflacao-rents/>

argumentaram, a partir de uma tradição socialista ecológica, que a dominação de outras espécies fortalece a dominação entre a espécie humana e a própria natureza, conseqüentemente, isso pode causar o colapso de todos os seres e da natureza como um todo. A domesticação e a dominação, submetem os animais, o ambiente e a natureza de uma formação geral a lógica objetificante e produtivista da modernidade. A antropóloga Ana Paula Perrota (2022) discute as categorias de domesticação e dominação. Em suas palavras, a domesticação representa o:

processo através do qual o animal deixa de ser selvagem. O que por definição geral significa o desenvolvimento de um sistema de controle humano sobre o crescimento e reprodução de animais, bem como de plantas (INGOLD, 2000; WILKIE, 2010). Nesse caso, como discutido por Tim Ingold (2000), animais selvagens são, portanto, animais que estão fora do controle humano (Perrota, 2022, p. 181).

A domesticação se define por uma relação de dominação e controle sobre o dominado, nesse sentido, o dominador impõe suas vontades e objetivos e passa a controlar a vida e a morte daquele ser dominado. Apesar disso, esse processo não é uma relação entre um ser agente e um passivo, muitas vezes, o dominado demonstra resistência e sua capacidade de agência, negando as vontades do dominador.

O trabalho de Felipe Vander Valden (2011) também dialoga com a domesticação, pois, ele destaca que boa parte dos povos indígenas do Brasil não domesticavam animais, uma relação com os animais estranha para as cosmovisões indígenas. Especificamente, o povo Karitiana não conseguiu dar seguimento a criação de animais introduzidas pelo governo através dos “projetos de introdução intencional” de animais, pois não havia a domesticação e dominação na cosmovisão dos Kariatiana.

O que colabora com o que o pensador e ativista quilombola Antônio Bispo desenvolve, a **domesticação** é um ponto importante na argumentação de Bispo, pois, ao desumanizar e animalizar, os povos racializados podem ser domesticados. Nesse sentido, a domesticação se torna uma categoria humana. Quando houve o encontro colonial, os europeus destacaram a surpresa ao encontrar os povos pindorâmicos¹⁰ e eles não possuíam animais domesticados como no trecho destacado por Bispo da carta de Pero Vaz de Caminha, que, para Bispo, “estabeleceu o perfil dos colonizadores e, consecutivamente, dos contra colonizadores” (2015, p. 35). Os colonizadores se entendiam superiores por domesticar animais e comer carne, enquanto os povos pindorâmicos eram inferiores por não domesticar outros animais e comer frutos e raízes.

¹⁰ Categoria que Bispo utiliza para os povos indígenas no Brasil como estratégia de descolonizar o termo, mesmo assumindo que é mais uma generalização, mas baseada no conhecimento dos povos indígenas.

Essa questão da domesticação e da alimentação da carne de animais como uma característica humana faz parte da ontoepistemologia europeia moderna, influência marcante na sociedade brasileira atual.

Os militantes da ANTAR demonstram sua admiração a Antônio Bispo em uma publicação em homenagem ao seu falecimento, nessa publicação, destacam a relação que Bispo traçou entre colonização e domesticação, segue um fragmento do livro “A terra dá, a terra quer”(2023): “tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome.” (Bispo, 2023, p.12), a publicação completa com “portanto, a luta contra tais processos tem relação com a luta por terra e território, sua (re)tomada, assim como a retomada da visão dos seres que a habitavam” (ANTAR, 2023). O adestramento/domesticação, assim como a colonização, visa dominar outro ser, dominar o outro, seja esse outro um humano, um animal ou o ambiente, visa apagar o que o outro era antes desses processos. Assim como Bispo, a ANTAR compreende a necessidade da retomada dos territórios indígenas e quilombolas, como também a retomada das cosmovisões e conhecimentos desses povos e rechaçam os colonizadores, suas cosmovisões e conhecimentos, pois baseiam-se na lógica da dominação, da domesticação, da colonização, da superioridade humana e do capital. Responsáveis por oprimir, assassinar humanos e não-humanos e destruir os ambientes, atrelando a isso uma ideologia que justifica e permite a opressão às minorias e exploração humana, permite a exploração animal e a exploração e destruição dos ambientes.

Com objetivos semelhantes aos povos originários e quilombolas e na defesa de modos de ser e viver anticoloniais, os militantes percebem nas comunidades tradicionais e povos originários a solução para uma vivência harmoniosa com todos os seres e o ambiente. Dentre as principais estratégias da ANTAR está a construção de iniciativas ecológicas, autonomia alimentar e hídrica que possam dar bases materiais para o fim do especismo (pois, a libertação dos outros animais está atrelada a libertação humana na visão deles), dentre elas ocupações com hortas comunitárias, compostagem de rua, fortalecimento de retomadas indígenas, fortalecimento de assentamentos, quilombos, fortalecimento de movimentos de camponeses e pequenos produtores. Ademais, combater, a partir da ação direta, de movimentos sociais o agronegócio, o latifundiarismo e o imperialismo.

O veganismo e as pautas minoritárias humanas se entrelaçam no quesito da opressão que são reproduzidos por um mesmo sistema. O racismo é uma opressão, violência e preconceito referente ao pertencimento a um grupo racializado, enquanto o especismo é uma opressão, violência e preconceito em relação ao pertencimento a uma espécie inferiorizada. Eles compreendem que essas questões diferentes, produzem sofrimentos diferentes, mas a união está na categoria do sofrimento causado por uma dominação de um grupo que se entende superior em relação ao outro, mesmo esse outro detendo suas próprias vontades e agências. Essas dominações são reproduzidas através das estruturas sistêmicas que funcionam através desses vários “ismos”, ou seja, essas opressões são reproduzidas diariamente sobre vários indivíduos humanos e não-humanos. Da mesma forma que o racismo não se resolverá através de soluções que o liberalismo abraça como a representatividade, o problema dos animais não se resolverá pela maior oferta de produtos veganos. A comparação vem não para demonstrar que são questões iguais, mas que essas questões se entrelaçam e devem ser lutas que devem ser lutadas juntas, não porque são iguais, mas sim por serem seres que sofrem opressões vindas de um sistema que funciona com a colaboração dessas opressões, a dominação e a exploração de grupos minoritários humanos, animais e ambiente.

5. Libertação Única

O filósofo Malcom Ferdinand (2023) propõe uma análise do mundo e dos problemas socioambientais a partir da dupla fratura ambiental e colonial, que, nesse sentido, “separa a história colonial e a história ambiental do mundo” (Ferdinand, 2023, p. 23). Uma das principais consequências dessa fratura é o distanciamento que se desenvolveu entre os movimentos ecológicos/ambientalistas e os movimentos antirracistas e pós-coloniais. Essa dupla fratura é resultante do também binômio humano/natureza e/ou cultura/natureza desenvolvido pelo conhecimento ocidental hegemônico. Além dessa dupla fratura, Malcom (2023) insere uma fratura animal dentro da fratura ambiental, onde os animais são hierarquizados, entre os que merecem ser salvos e os que podem ou devem morrer. Mesmo esses animais que devem ser salvos, não são entendidos como indivíduos, mas como espécies que devem ser preservadas no ecossistema. Da mesma forma que a ANTAR reivindica a aliança entre esses movimentos contra opressões, ecológicos e antiespecistas e a ligação entre eles, Malcom defende uma única raiz desses problemas que seria a colonização, uma forma

específica de habitar a terra, um “habitar colonial” (2023). Uma forma destrutiva, violenta e desigual de habitar, com base no conhecimento europeu branco, com uma das suas características marcantes a derrubada de árvores que causa a destruição de vários ecossistemas, a palavra de ordem é a subjugação e a exploração do outro, esse outro humano ou não-humano, “assim o habitar colonial apoiou-se num conjunto de ações que determinam as fronteiras entre os que habitam e os que não habitam” (Ferdinand, 2023, p. 45).

Como uma das soluções, Ferdinand (2023) defende uma aliança interespécie (2023), entre a causa animal e a causa negra. Para o autor o habitar colonial baseia-se na escravidão de humanos e não-humanos e no consumo desses últimos, com a carne dissociada do animal, do ser senciente, capaz de sentir desejo e sofrer” (FERDINAND, 2023, p. 238), a indústria da carne moderna encontra-se como o auge desse processo. A carne se torna um objeto como outro qualquer, uma mercadoria alienada da sua condição animal.

Semelhante ao que Ferdinand (2023) argumenta, os militantes compreendem que não há libertação animal apenas, ou somente humana ou ambiental, defendem uma libertação total, uma luta realizada em conjunto. Para isso, pensei na categoria da **libertação única**, inspirei-me na categoria Saúde Única (One Health), proposta desenvolvida na veterinária. A Saúde Única compreende a saúde humana, animal e ambiental como atreladas umas às outras, sua análise e tratamentos necessitam vislumbrar um panorama mais amplo com o entrelaçamento desses três domínios:

De acordo com essa abordagem, existem quatro áreas que influenciam na situação sanitária de um determinado território: o ambiente, as questões sociais, os aspectos econômicos e os comportamentais. Esse enfoque colaborativo entende que o estado sanitário dos seres humanos está relacionado com a saúde dos animais e que ambas as populações (homens e animais) afetam o ambiente que coexistem e são igualmente afetados por esse ambiente (Limongi; Oliveira, p. 140, 2020).

Nessa abordagem desenvolvida na veterinária, compreende-se a interação constante entre humanos, animais e ambiente, um influenciando os outros e a dependência de um com o outro, uma codependência. Por tanto, não é possível pensar em uma saúde que isole humanos, animais e ambiente. Em perspectiva semelhante, a ANTAR defende que não há possibilidade de pensar em uma libertação humana ou animal sem pensar nessa libertação concomitante dos humanos, com os animais e o ambiente. A libertação de um, depende da libertação do outro. Tanto a Saúde Única como a libertação única combatem a separação entre cultura /natureza, humano/animal

nas suas propostas. Não há possibilidade de libertar apenas um desses atores sem a libertação dos outros na argumentação da ANTAR, uma libertação única. O que nasceu para ser separado na modernidade, torna-se unido. É esse esforço que os militantes fazem, como exemplificado no fragmento a seguir retirado de uma publicação na página do instagram:

Para nós, não existe projeto ecológico que não leva em consideração a relação dos seres humanos com os ecossistemas e o planeta e isso envolve seu projeto de produção e consumo perante os seres sencientes. O especismo é uma ideologia que ao falsificar que a nutrição, a vestimenta e outros modos de viver provém da proteína animal, destrói biomas e ecossistemas, promove a extinção de diversas espécies, está relacionado a aquecimento global, às diversas pandemias entre outros. E, ao contrário de sanar a fome, incrementa a insegurança e a alienação alimentar. Não beneficia nem todos os ditos “humanos”, mas apenas uma classe, a dominante. Já existem tecnologias e modos de vida que, ao praticadas junto ao socialismo, superam tal relação. Já, a própria diferenciação entre humanos e outras espécies “inferiores” deve ser quebrada e superada, defendendo a vivência, o apoio mútuo e a liberdade entre todos os seres e espécies” (ANTAR, 2024).

O antropólogo Bruno Latour (1994) desenvolve uma crítica ao binômio natureza e cultura, que aponta a falha do projeto moderno que demarca a fronteira entre natureza e cultura desenvolvida pelo pensamento europeu, quando há, na realidade, uma constante interação entre esses domínios. Como Latour (1994) argumentou, é impossível compreender a realidade a partir desse projeto moderno de separação e superação da natureza, porque não é possível observar objetos ou seres estritamente naturais ou culturais, ao contrário, a realidade é permeada de naturezas-culturas. Dessa forma, o mundo é repleto de híbridos, resultado das relações naturezas-culturas.

Com argumentação parecida, Donna Haraway (2016) vai criticar a separação entre natureza e cultura. A autora realizou essa análise a partir da relação histórica entre humanos e os cães, principalmente, os adestradores e seus cães:

Cães, em sua complexidade histórica, são importantes aqui. Eles não são um alibi para outros temas; são presenças carnis, materiais-semióticas, no corpo da tecnociência. Não são substitutos da teoria; eles não estão aqui apenas para pensarmos com eles. Eles estão aqui para vivermos com eles. Parceiros no crime da evolução humana, eles estão no jardim desde o começo, astutos como coioote (HARAWAY, 2016, p. 11).

Para essa libertação única, deve-se acabar com o projeto de separação entre natureza e cultura, bem como a separação entre humano e animal; e acabar com a ideologia da dominação no geral, a dominação do humano sobre outros humanos, do humano sobre os outros animais e do humano sobre o ambiente. Uma abordagem que

desconstrói a dualidade cartesiana de cultura e natureza e a ideia ocidental que o humano é desprendido da natureza, mas ao contrário, é parte totalmente integrada da natureza. Portanto, pretendem acabar com o projeto da modernidade, acabar com as dicotomias que separam os seres e as coisas, um lado sempre superior ao outro que, nesse mesmo sentido, permite a dominação. Não há como acabar com a dominação, sem acabar com a modernidade. Da mesma forma, não há como acabar com as opressões, sem acabar com o capitalismo. Pois as dominações e opressões sustentam tanto a modernidade quanto o capitalismo.

Bibliografia:

BESTAS de Carga. São Paulo: Colunas Tortas. 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora. 2023

BISPO DOS SANTOS, Antonio. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. 2015.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora. 2022.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016

INGOLD, Tim . **Key debates in Anthropology**. London and New York: Routledge, 1996

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994

LIMONGI, Jean Ezequiel; OLIVEIRA, Stefan Vilges de. **COVID-19 e a abordagem One Health (Saúde Única): uma revisão sistemática**. Vigilância Sanitária em Debate,

vol. 8, núm. 3, 2020, Julho-Setembro, pp. 139-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.22239/2317-269X.01610>>

LOWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>>

PERROTA, Ana Paula. **Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes**. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.36920/esa-v25n2-6>>

PERROTA, Ana Paula. **Animais e Escravidão: Um enfoque sobre os sistemas industriais de produção animal**. In: BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula (org); LOURENÇO, Daniel Braga (org). *Estudos e Direitos dos Animais: Teorias e Desafios*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

PERROTA, Ana Paula. **O que está em jogo na luta antiespecista?**. 2022. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/o-que-esta-em-jogo-na-luta-antiespecista/>>

RODRIGUES, Williams da Silva. **Exploração animal, veganismo popular e capitalismo: efeitos de sentidos dos ativistas digitais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2024.

SORDI, Caetano. **Pelo boi e sua carcaça: breves apontamentos sobre a disseminação do manejo racional e do bem-estar animal na pecuária bovina do Brasil**. In: Barbato Bevilaqua, Ciméa e Vander Velden, Felipe. *Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais*. Curitiba: Editora UFPR; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016.

VELDEN, Felipe Vander. **Rebanhos em aldeias: investigando a introdução de animais domesticados e formas de criação animal em povos indígenas na Amazônia (Rondônia)**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 129-158, jan./jun. 2011.

VILARINHO NETO, Joaquim Gonçalves. **Ativismo, viventes e emoções: uma análise do veganismo como movimento político.** Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais Licenciatura). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena.** In A inconstância da alma selvagem. Rio de Janeiro, Cosac Naify. 2002.